



Concurso Público para provimento de cargos de
**Analista Executivo
Contador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de número 1 a 7.

Agitador cultural, artista plástico, cenógrafo, jornalista, analista geopolítico, escritor, arquiteto e engenheiro de formação, Flávio de Carvalho (1899-1973), figura excêntrica ou mesmo marginal na história da modernidade artística brasileira, tem sido retomado nos últimos anos, como atestam recentes publicações e exposições acerca de seus trabalhos.

Conhecido mais por suas pinturas e por suas polêmicas experiências artísticas, pouco se fala de sua produção no campo da arquitetura. Após concluir o curso superior em Engenharia Civil em Newcastle, norte da Inglaterra, Flávio retornou ao Brasil em 1922 e passou a trabalhar no escritório Ramos de Azevedo até 1926, quando abriu seu próprio escritório no centro da cidade de São Paulo.

Se foi Gregori Warchavchick (1896-1972) quem publicou no Brasil o primeiro manifesto a favor da arquitetura moderna, em 1925, Flávio de Carvalho é quem realiza, em 1927, aquele que é considerado o primeiro projeto de arquitetura moderna no país. Sob o pseudônimo de Eficácia, o projeto excêntrico é feito para o concurso do Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Embora derrotado, seu trabalho gera polêmica e produz discussões, ao apresentar inovações estilísticas e estéticas para o período, rendendo três artigos de Mário de Andrade com elogios e críticas, publicados no jornal Diário Nacional.

Seus projetos de arquitetura moderna, entretanto, só se concretizaram quando realizados em terras da família e construídos com verbas próprias. Em 1936, iniciou a construção da Vila Modernista, concluída em 1938: um conjunto de 17 casas de aluguel localizadas no atual bairro Jardim Paulista (São Paulo-SP), na esquina da Alameda Lorena com a Rua Rocha de Azevedo. Elas vinham com uma “bula”, folheto informativo explicando os modos de uso que potencializariam sua habitação, que destacava: “Casas frias no verão e quentes no inverno”.

Em 1938, Flávio de Carvalho construiu a Casa Modernista da Fazenda Capuava, na cidade de Valinhos-SP. De acordo com Flávio, em entrevista concedida a Dulce Carneiro, sua casa é concebida “(...) dentro de uma visão poética, é produto de pura imaginação, tentando criar uma maneira ideal de viver”.

Com a conclusão da casa, Flávio passou a viver nela, que além de moradia funcionava como ateliê, onde vivenciava sua maneira ideal de viver. A casa era “(...) um misto de templo e aeronave, (...) uma aposta na continuidade do fazer artístico no espaço da existência (...). A reunião de materiais improváveis como o alumínio e a madeira, a escala dos espaços, a preocupação com detalhes como o tipo e a forma das maçanetas e armários, a policromia dos tetos, paredes e colunas, a conexão entre portas e janelas nas quinas de alguns cômodos, a integração entre espaços internos e externos, o paisagismo, enfim, a totalidade arquitetônica foi dimensionada cuidadosamente por Flávio de Carvalho. Mais do que uma máquina de morar, ele conseguiu um ninho ao mesmo tempo primitivo e futurista”.

(Adaptado de: STEVOLO, Pedro Luiz, “A Casa Modernista de Flávio de Carvalho”. Disponível em: www.revistas.usp.br)

1. Conforme o texto,

- (A) as construções de Flávio de Carvalho primavam por seu aspecto imaginativo, o que as distanciava da configuração de ambientes ideais para viver.
- (B) embora sua Casa Modernista, construída em Valinhos, tenha lhe rendido reconhecimento nacional, Flávio de Carvalho é obrigado a habitá-la por falta de recursos para seus projetos arquitetônicos.
- (C) a Vila Modernista, construída na cidade de São Paulo, é o perfeito exemplo da junção das habilidades de Flávio de Carvalho como arquiteto e como artista plástico e cenógrafo.
- (D) com ideias inovadoras em arquitetura nos anos de 1920, a ponto de ter merecido a atenção de Mário de Andrade, Flávio de Carvalho termina por ser mais conhecido como artista plástico.
- (E) o projeto *Eficácia*, apresentado por Flávio de Carvalho para um conjunto de habitações populares em São Paulo, é criticado por seus aspectos transgressores, contrários aos preceitos de Gregori Warchavchick.

2. O segmento de mesma função sintática que *engenheiro de formação* (1^o parágrafo) encontra-se em:

- (A) *figura excêntrica ou mesmo marginal* (1^o parágrafo)
- (B) *a Casa Modernista da Fazenda Capuava* (5^o parágrafo)
- (C) *a escala dos espaços* (último parágrafo)
- (D) *uma maneira ideal de viver* (5^o parágrafo)
- (E) *uma máquina de morar* (último parágrafo)



3. O início do 3º parágrafo introduz uma
- (A) contradição entre a obra de Gregori Warchavchick e a prática de Flávio de Carvalho como arquiteto.
 - (B) condição para o que está expresso na oração iniciada por “Flávio de Carvalho”, que não teria executado seu projeto sem ter antes conhecimento do texto de Gregori Warchavchick.
 - (C) hipótese a respeito da publicação de Gregori Warchavchick, corroborada pelo primeiro projeto moderno do país, de Flávio de Carvalho.
 - (D) contraposição entre Gregori Warchavchick e Flávio de Carvalho, que poderia ser ainda mais destacada com o uso dos termos “por um lado... por outro...”.
 - (E) correção histórica ao fato de Flávio de Carvalho ter sido relegado a segundo lugar em relação a Gregori Warchavchick, pois aquele é quem foi o primeiro arquiteto modernista brasileiro.
-

4. As frases abaixo referem-se à pontuação do texto.
- I. Imediatamente após *materiais improváveis* (último parágrafo), pode-se acrescentar dois-pontos, uma vez que se segue uma sequência de exemplos para essa expressão.
 - II. No 4º parágrafo, os parênteses servem para isolar uma informação complementar, mas não essencial ao entendimento da frase.
 - III. O segmento *além de moradia* (último parágrafo) não pode ser isolado por vírgulas, pois acarretaria uma separação entre sujeito e verbo.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II.
 - (C) I.
 - (D) I e II.
 - (E) III.
-

5. *Seus projetos de arquitetura moderna, entretanto, só se concretizaram quando realizados em terras da família e construídos com verbas próprias.* (4º parágrafo)

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantêm a coerência e a correção, encontra-se em:

- (A) Contando com dinheiro próprio e em terras familiares, os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho podia se realizar.
 - (B) Os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho, entretanto, eram realizados exceto com dinheiro próprio e em terras de família.
 - (C) Todavia, as suas custas e com terras de família que foram realizados os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho.
 - (D) Assim se realizava, apenas nas terras da família de Flávio de Carvalho, e com dinheiro próprio, os projetos de arquitetura moderna.
 - (E) No entanto, apenas se realizados em terras de sua família e às suas próprias custas é que os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho se concretizavam.
-

6. Mantendo-se o sentido e a correção da frase, as expressões “ao apresentar” e “rendendo” (3º parágrafo) podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) desde que apresentou – uma vez que rendeu
 - (B) quando apresentou – desde que rendeu
 - (C) pois apresenta – de modo que rende
 - (D) ainda que apresente – pois rende
 - (E) salvo se apresentasse – posto que rende
-

7. Nos segmentos *Elas vinham* (4º parágrafo), *que destacava* (4º parágrafo) e *que além de moradia* (último parágrafo), os pronomes referem-se, respectivamente, a:

- (A) casas – bula – casa
 - (B) terras da família – folheto – casa
 - (C) casas – habitação – Flávio
 - (D) casas – folheto – Flávio
 - (E) terras da família – bula – casa
-

**Raciocínio Lógico-Matemático**

8. Considere as seguintes sentenças:

Se Cláudio candidatou-se ao cargo, então Bruno também se candidatou.

Se Bruno candidatou-se ao cargo, então Alice também se candidatou.

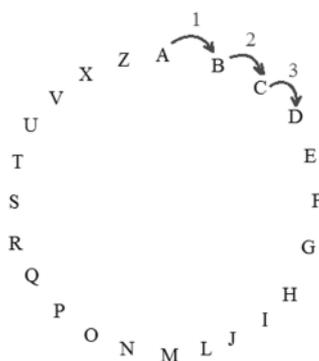
Sabe-se que Bruno não se candidatou ao cargo. Considere as sentenças abaixo.

- I. Cláudio candidatou-se ao cargo.
- II. Alice não se candidatou ao cargo.
- III. Cláudio não se candidatou ao cargo.

É necessariamente verdadeiro o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

9. A chamada *cifra de César* é um dos mais simples e antigos métodos para codificar uma mensagem. Tal método consiste em trocar as letras do alfabeto por outras, de modo a avançar ou recuar um número fixo de letras. Dado, por exemplo, o número fixo 3, a letra A seria substituída pela letra D, a letra B pela letra E, e assim por diante, até chegar à letra Z, que seria substituída pela letra C, percorrendo circularmente um alfabeto de 23 letras. Dado um número fixo negativo, em vez de avançar, a cifra de César faz com que se recue no alfabeto para fazer as substituições.



Uma pessoa usou a cifra de César com o número fixo 15 para codificar uma mensagem. Para decodificar essa mesma mensagem, pode-se aplicar a cifra de César novamente à mensagem codificada, usando, agora, o número fixo

- (A) 15.
- (B) -8.
- (C) 14.
- (D) 8.
- (E) -12.

10. Uma empresa busca um perfil profissional específico para suprir um cargo, em que o ideal é que o profissional apresente os seguintes atributos:

- conhecimento matemático avançado;
- disponibilidade para trabalhar aos finais de semana;
- experiência com programação de planilhas de custo.

A primeira etapa de recrutamento envolveu a submissão e análise de currículos. Foram recebidos 43 currículos, em que se apurou o seguinte:

- 3 candidatos não tinham nenhum dos atributos requeridos.
- Apenas 5 candidatos tinham todos os três atributos requeridos.
- Todos os candidatos com disponibilidade para trabalhar aos finais de semana tinham pelo menos mais um atributo requerido.
- Ao todo, 13 candidatos tinham pelo menos conhecimento matemático avançado e experiência com programação de planilhas de custo.
- Ao todo, 12 candidatos tinham pelo menos experiência com programação de planilhas de custo e disponibilidade para trabalhar aos finais de semana.
- Ao todo, 17 candidatos tinham apenas um dos atributos requeridos.

Para a segunda etapa de recrutamento, que consiste numa entrevista, serão chamados os candidatos que apresentam pelo menos dois dos atributos requeridos, sendo um deles, necessariamente, o conhecimento matemático avançado. Assim, a quantidade de candidatos que serão chamados para entrevista é

- (A) 16.
- (B) 13.
- (C) 18.
- (D) 20.
- (E) 10.



Noções de Informática

11. No Portal da Transparência do Governo do Estado do Maranhão constam os gastos do Poder Executivo nos últimos 3 anos, conforme planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010, em português:

	A	B	C	D
1	2015	2016	2017	2018
2	11.390.844.365,93	12.956.037.142,47	14.230.637.049,44	

(Adaptado de: http://www.transparencia.ma.gov.br/app/transparencia-cidada/gastos-publicos/?exer_ano=2018#lista)

Para prever as despesas referentes ao próximo ano (2018), a partir dos valores gastos em 2015, 2016 e 2017,

- (A) utiliza-se na célula D2 a fórmula =TENDÊNCIA (B2:D2).
- (B) selecionam-se as células A2, B2 e C2, pressiona-se o botão esquerdo do mouse sobre a alça de preenchimento do grupo de células selecionado, arrasta-se até a célula D2 e solta-se o botão do mouse.
- (C) utiliza-se na célula D2 a fórmula =PROJ.LIN (B2:D2).
- (D) selecionam-se as células A2, B2 e C2, clica-se na guia Dados e na opção Gerar Projeção do grupo Ferramentas de dados. Na janela que aparece, clica-se no botão Gerar à direita.
- (E) utiliza-se na célula D2 a fórmula =PROJ.LOG (B2:D2).
-
12. Uma das recomendações de segurança para quem utiliza o Windows 10 é que, ao deixar o computador do trabalho por alguns instantes, se bloqueie a área de trabalho para evitar que pessoas mal-intencionadas possam aproveitar o momento para acessar dados confidenciais do usuário que se ausentou, ou possam usar o sistema como se fossem ele. Para acessar a tela onde é possível bloquear a área de trabalho, deve-se pressionar a combinação de teclas
- (A) Ctrl + Break.
- (B) Ctrl + Shift + Del (ou Ctrl + Shift + Delete).
- (C) Ctrl + Alt + Del (ou Ctrl + Alt + Delete).
- (D) Ctrl + End.
- (E) Ctrl + Alt + Break.

Noções de Direito Constitucional

13. Carlos e Mário, servidores de certo Estado da Federação, titulares de cargos públicos efetivos, foram flagrados cometendo atos de violência física contra outro servidor, em ambiente de trabalho. Em razão desses fatos, Carlos, que contava com quatro anos de efetivo serviço público à época dos fatos, foi condenado à pena de demissão em processo administrativo em que lhe foi assegurada a ampla defesa. Mário, por sua vez, que contava com um ano de efetivo serviço público à época dos fatos, não foi aprovado na avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade, concluída quando contava com dois anos e meio de efetivo serviço público. Considerando essa situação à luz da Constituição Federal,
- (A) o desligamento de Carlos do serviço público observou as normas constitucionais nessa matéria, mas a avaliação relativa a Mário é irregular, uma vez que concluída quando o servidor já tinha adquirido a estabilidade.
- (B) o desligamento de Carlos do serviço público e a avaliação de Mário são compatíveis com as normas constitucionais nessa matéria.
- (C) o desligamento de Carlos do serviço público observou as normas constitucionais nessa matéria, mas a avaliação de Mário não poderia ter sido realizada por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) as decisões relativas a Carlos e a Mário não observaram as normas constitucionais nessa matéria, uma vez que Carlos somente poderia perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado, sendo que Mário já havia adquirido a estabilidade quando concluída a avaliação a seu respeito.
- (E) a avaliação de Mário é compatível com as normas constitucionais nessa matéria, mas a decisão relativa a Carlos é irregular, uma vez que somente poderia ter sido demitido por sentença judicial transitada em julgado.
-
14. A Administração pública pretende, o mais rápido possível, preencher cargos públicos efetivos e cargos públicos em comissão, já existentes e vagos, vinculados à Secretaria da Saúde, como medida para que o atendimento médico à população seja realizado em tempo razoável, evitando-se o agravamento de moléstias em razão da demora na prestação regular do serviço. Para tanto, a Administração pública deverá realizar
- (A) processo seletivo simplificado para preencher os cargos efetivos, sendo que os demais são de livre nomeação pela autoridade administrativa.
- (B) concurso público para preencher ambos os cargos, tendo em vista o princípio da igualdade no acesso aos cargos públicos.
- (C) processo seletivo simplificado para preencher ambos os cargos, prestigiando os princípios da eficiência administrativa de um lado e da igualdade no acesso aos cargos públicos de outro.
- (D) concurso público de provas ou de provas e títulos, dependendo da natureza e da complexidade do cargo, para preencher os cargos efetivos, e processo seletivo simplificado para preencher os cargos em comissão, tendo em vista os princípios da igualdade e da eficiência administrativa.
- (E) concurso público de provas ou de provas e títulos, dependendo da natureza e da complexidade do cargo, para preencher os cargos efetivos, sendo que os demais são de livre nomeação pela autoridade administrativa.

**Noções de Direito Administrativo**

15. A criação de uma empresa estatal por um município, cuja função seja a fiscalização, organização, autuação e aplicação de medidas administrativas em razão de infrações à legislação de trânsito,
- (A) é ilegal e inconstitucional, já que os entes da Administração indireta não podem exercer poder de polícia, embora estejam sujeitos ao regime jurídico de direito público.
 - (B) depende de autorização legislativa para o exercício de atos decorrentes do poder de polícia municipal, mas não é necessária a edição de lei para que possam ser criadas empresas estatais prestadoras de serviço público.
 - (C) é compatível com o ordenamento jurídico, considerando que as empresas estatais devem ser prestadoras de serviços públicos, sendo inerente a essa atividade o exercício de poder de polícia.
 - (D) viola o ordenamento jurídico, já que o poder de polícia é privativo da Administração pública direta, não admitindo nenhum tipo de delegação.
 - (E) é coerente com a descentralização administrativa, que inclui a criação de pessoas jurídicas para integrar a Administração indireta, tal qual a empresa estatal criada, que pode exercer poder de polícia, observados os limites dessa delegação pelo município.
-
16. A imposição da obrigação de licitar para a Administração pública pode ser afastada em algumas situações previstas na legislação, havendo hipóteses em que essa desnecessidade se dá em razão do objeto ou em razão da pessoa. Nos casos de contratação de serviços
- (A) as contratações diretas podem se dar em razão do valor, até o limite de R\$ 20.000,00, desde que não configure fracionamento de um mesmo objeto no mesmo exercício financeiro.
 - (B) quando a natureza das contratações indicar o cabimento do sistema de registro de preços, há obrigatoriedade de licitação pela modalidade aderente ao valor dos bens ou serviços.
 - (C) é vedado fracionar as contratações do mesmo objeto, tal qual cindir o serviço em vários contratos de vigência reduzida, para lhes reduzir o valor, a fim de viabilizar a incidência da norma de dispensa de licitação em razão do valor.
 - (D) é obrigatória a realização de licitação, independentemente do valor, sendo possível, no entanto, utilizar o pregão como modalidade de licitação, em substituição à modalidade mais complexa.
 - (E) deve ser adotada a modalidade convite, em razão da natureza do objeto, o que torna inexigível a competição, já que todos os interessados podem se credenciar para a contratação.

Legislação Previdenciária

Atenção: Para responder às questões de números 17 a 20, considere a Lei nº 6.107/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

17. No tocante à contagem do tempo de serviço dos servidores públicos civis do Estado do Maranhão, considere:
- I. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de 365 dias.
 - II. Serão consideradas como tempo efetivo de exercício as faltas abonadas a critério do chefe imediato do servidor, no máximo de 5 dias por mês, desde que não seja ultrapassado o limite de 20 dias por ano.
 - III. O desempenho de mandato eletivo anterior ao ingresso no serviço público estadual contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
18. Consideram-se, dentre outros, dependentes econômicos do servidor público do Estado do Maranhão para efeito de percepção do salário-família:
- (A) o(a) companheiro(a), os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos, ou se inválido, de qualquer idade.
 - (B) o(a) companheiro(a), os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos, ou se inválido, de qualquer idade.
 - (C) somente os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 21 anos de idade, ou se inválido, de qualquer idade.
 - (D) somente os filhos legítimos e adotivos até 18 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos, ou se inválido, de qualquer idade.
 - (E) o(a) companheiro(a), os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 21 anos de idade, a mãe e o pai sem economia própria, os avós sem economia própria.
-
19. Fátima, servidora pública do Estado do Maranhão irá contrair núpcias. Neste caso, poderá ausentar-se sem prejuízo da contagem de seu tempo de serviço e sem desconto em sua remuneração por até
- (A) 5 dias.
 - (B) 8 dias.
 - (C) 3 dias.
 - (D) 10 dias.
 - (E) 2 dias.
-
20. Sérgio é servidor público do Estado do Maranhão e recebeu um convite para assumir outro cargo público remunerado. Neste caso,
- (A) ele não poderá acumular cargos públicos, em qualquer hipótese, ainda que receba remuneração pela participação em Conselho de Administração e Fiscal de Empresa Pública Estadual.
 - (B) ele não poderá aceitar o convite, pois de forma alguma é possível acumular remuneradamente dois cargos públicos.
 - (C) ele não poderá acumular cargos públicos, em qualquer hipótese, ainda que receba remuneração pela participação em Conselho de Administração e Fiscal de Sociedade de Economia Mista.
 - (D) ele poderá acumular cargos públicos desde que em autarquias e empresas públicas.
 - (E) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, ele não poderá acumular remuneradamente dois cargos públicos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

21. A Cia. Bolo de Arroz, apresentou, em 31/12/2017, as seguintes informações a respeito das participações societárias:

Empresa	Critério de avaliação	Percentual de participação no capital total da investida	Resultado da investida em 2017	Dividendos distribuídos e pagos em 2017
A	Equivalência Patrimonial	40%	(200.000,00)	–
B	Equivalência Patrimonial	60%	400.000,00	100.000,00
C	Método do Custo	10%	100.000,00	10.000,00

Sabendo que não existiam resultados não realizados entre a Cia. Bolo de Arroz e suas investidas, o impacto total reconhecido no resultado de 2017 da Cia. Bolo de Arroz, referente a essas participações societárias, foi, em reais,

- (A) 101.000,00.
- (B) 160.000,00.
- (C) 170.000,00.
- (D) 161.000,00.
- (E) 240.000,00.

22. A Cia. Chove & Molha realizou as seguintes transações durante o ano de 2017:

- I. Recebeu em doação um ativo intangível, com vida útil indeterminada e restrições a serem cumpridas, no valor de R\$ 80.000,00.
- II. Pagou dividendos que haviam sido propostos e aprovados em 2016, no valor de R\$ 50.000,00.
- III. Reconheceu variação cambial de investimentos no exterior, no valor de R\$ 70.000,00.
- IV. Apurou prejuízo em 2017, no valor de R\$ 130.000,00.
- V. Aumentou o Capital Social, no valor de R\$ 50.000,00, com Reservas de Lucros.

As transações que alteraram o Patrimônio Líquido da Cia. Chove & Molha foram as constantes APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e V.

23. A Cia. Sem Caixa apresentou a seguinte Demonstração do Resultado referente ao ano de 2017:

Demonstração do Resultado do Exercício (em R\$)

Receita Bruta de Vendas	500.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(270.000)
(=) Lucro Bruto	230.000
(–) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas	(80.000)
Despesas com salários	(35.000)
Despesa de depreciação	(20.000)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	
Resultado de equivalência patrimonial	(15.000)
Lucro na venda de imobilizado	25.000
(=) Lucro antes do Imposto de Renda	105.000
(–) Imposto de Renda	(15.000)
(=) Lucro Líquido	90.000

Com base nos valores apresentados acima, para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto, o valor do Lucro Líquido Ajustado para determinação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, sem considerar os efeitos das variações do capital circulante, é, em reais,

- (A) 110.000,00.
- (B) 125.000,00.
- (C) 100.000,00.
- (D) 85.000,00.
- (E) 105.000,00.



24. Em 01/12/2017, a Cia. Comercial de Ventos obteve um empréstimo para financiar a construção de uma nova unidade comercial. O valor do empréstimo obtido foi de R\$ 10.000.000,00 e será liquidado integralmente (principal e juros) em 01/12/2020, sendo a taxa de juros compostos negociada de 8% ao ano. Os custos incorridos e pagos para a obtenção desse empréstimo foram de R\$ 140.000,00. Sabendo-se que a mensuração é feita pelo método do custo amortizado, ao reconhecer esse empréstimo obtido, em 01/12/2017, a Cia. Comercial de Ventos alterou o
- (A) passivo total em R\$ 9.860.000,00.
 - (B) ativo total em R\$ 10.000.000,00.
 - (C) passivo total em R\$ 12.737.120,00.
 - (D) passivo total em R\$ 10.000.000,00 e reduziu o resultado do período em R\$ 140.000,00.
 - (E) ativo total em R\$ 9.860.000,00 e reduziu o resultado do período em R\$ 140.000,00.

25. A empresa Sucesso S.A., durante o exercício social de 2017, apresentou os saldos nas contas abaixo, faltando apenas o saldo das despesas com vendas e das administrativas do período.

Elementos	Valores (R\$)
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.000,00
Perdas por <i>Impairment</i> Acumuladas	10.000,00
Contas a Pagar	60.000,00
Máquinas e Equipamentos	115.000,00
Receita de Vendas	120.000,00
Estoque	25.000,00
Capital Social	100.000,00
Impostos a Pagar	30.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	40.000,00
Depreciação Acumulada	25.000,00
Prejuízos Acumulados	5.000,00
Contas a Receber	65.000,00
Ações em Tesouraria	35.000,00

Com base nas informações acima, o total do Patrimônio Líquido do período era, em reais,

- (A) 60.000,00.
 - (B) 130.000,00.
 - (C) 125.000,00.
 - (D) 160.000,00.
 - (E) 195.000,00.
26. Em 30/11/2014, a empresa Qualidade S.A. decidiu comprar à vista um maquinário por R\$ 250.000,00, que para estar pronto para uso foram gastos mais R\$ 50.000,00. Apenas em 01/01/2015, o maquinário estava efetivamente pronto para ser utilizado pela empresa. A vida útil do maquinário foi estabelecida em 10 anos. Em 31/12/2016, após o cálculo da depreciação, realizou-se o teste de *impairment* do maquinário e foi determinado que o seu valor em uso era de R\$ 150.000,00 e o seu valor justo líquido das despesas de venda era de R\$ 200.000,00. Em 31/12/2016, foram feitas manutenções no maquinário no valor de R\$ 5.000,00.
- Sabe-se que a vida útil do maquinário não se alterou e a empresa Qualidade S.A. adota o método de quotas constantes para o cálculo da depreciação. Desse modo, o saldo de depreciação acumulada em 31/12/2017 era, em reais,
- (A) 85.000,00.
 - (B) 80.000,00.
 - (C) 90.000,00.
 - (D) 125.000,00.
 - (E) 75.000,00.



27. A empresa Produção S.A. apresentou, no final de um determinado período, saldos nas seguintes contas:

- Compra de mercadorias realizada no período no valor de R\$ 450.000,00.
- Estoque final de mercadorias no valor de R\$ 150.000,00.
- Receita de Vendas de mercadorias no valor de R\$ 600.000,00.
- Estoque inicial de mercadorias no valor de R\$ 200.000,00.
- Abatimento sobre compras no valor de R\$ 10.000,00.
- Devolução de compras no valor de R\$ 50.000,00.
- Despesas gerais no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando as informações prestadas, o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e o valor do lucro bruto são, respectivamente, em reais,

- (A) 500.000,00 e 100.000,00.
- (B) 440.000,00 e 140.000,00.
- (C) 450.000,00 e 120.000,00.
- (D) 440.000,00 e 160.000,00.
- (E) 500.000,00 e 20.000,00.

28. A empresa Rédito iniciou suas atividades em 01/01/2017, com um capital social de R\$ 200.000,00, totalmente integralizado em dinheiro. Durante o mês de janeiro, ocorreram os seguintes fatos contábeis:

- Aquisição a prazo de mercadorias no valor de R\$ 12.000,00.
- Compra de equipamentos à vista no valor de R\$ 30.000,00.
- Compra de imóvel, em 01/01/2017, no valor de R\$ 84.000,00, sendo metade à vista e metade a prazo, o qual se deprecia em 20 anos utilizando cotas constantes, sem valor residual.
- Reconhecimento da despesa de salários e pró-labore, para pagamento em 05/02/2017, no valor de R\$ 27.000,00.
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 3.000,00.
- Reconhecimento e pagamento de despesas gerais no valor de R\$ 5.000,00.
- Pagamento de seguro contra incêndio, em 31/01/2017, no valor de R\$ 1.000,00, com vigência de 01/02/2017 a 31/01/2018.
- Obtenção de empréstimo bancário de longo prazo no valor de R\$ 60.000,00, em 31/01/2017.
- Prestação de serviços a clientes para recebimento em março de 2017, no valor de R\$ 90.000,00.

Com base nessas informações, o total do Ativo da empresa Rédito, em 31/01/2017, era, em reais,

- (A) 437.650,00.
- (B) 391.800,00.
- (C) 394.650,00.
- (D) 396.000,00.
- (E) 395.650,00.

Contabilidade Pública

29. Considere as informações abaixo referentes a um crédito não tributário decorrente da prestação de serviços realizada por um ente público e que foi inscrito em dívida ativa:

20/06/2017: lançamento da receita de prestação de serviços.

30/10/2017: inscrição do crédito não tributário, referente à prestação de serviços, em dívida ativa.

23/02/2018: arrecadação do valor do crédito não tributário inscrito em dívida ativa por meio da rede bancária credenciada para o recebimento.

28/02/2018: recolhimento da receita referente ao crédito não tributário inscrito em dívida ativa para a conta específica do Tesouro.

O resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial do ente público foram impactados, respectivamente, em

- (A) 23/02/2018 e 20/06/2017.
- (B) 23/02/2018 e 23/02/2018.
- (C) 28/02/2018 e 20/06/2017.
- (D) 28/02/2018 e 30/10/2017.
- (E) 23/02/2018 e 30/10/2017.



30. Em um ente público, a receita oriunda de juros sobre aplicação em títulos de renda realizada no mercado financeiro é classificada quanto à categoria econômica e origem, respectivamente, como
- (A) Receita de Capital e Valores Mobiliários.
 - (B) Receita Corrente e Receita Patrimonial.
 - (C) Receita Corrente e Valores Mobiliários.
 - (D) Receita de Capital e Receita de Serviços.
 - (E) Receita de Capital e Receita Patrimonial.

31. Em relação às características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil, considere:
- I. Ser uma pessoa jurídica de direito privado de forma que possa captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações e realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços.
 - II. Ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
 - III. Existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.
 - IV. Integrar o orçamento de investimentos na qualidade de empresa estatal não dependente nos últimos três exercícios financeiros.

De acordo com a NBC TSP (Estrutura Conceitual), são características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
32. Considere as seguintes informações sobre um lote de medicamentos para distribuição gratuita à população reconhecido no estoque de uma entidade pública em 05/02/2018:

Preço de Compra: R\$ 200.000,00
Fretes e Seguros: R\$ 19.000,00
Abatimentos Obtidos: R\$ 3.000,00

Em 28/02/2018, a entidade pública que adquiriu o lote de medicamentos não havia realizado a distribuição para a população e constatou que, nessa data, o valor realizável líquido do lote era R\$ 218.000,00 e o custo corrente de reposição era R\$ 215.000,00.

Desconsiderando os efeitos dos tributos, o lote de medicamentos foi mensurado, em conformidade com a NBC TSP 04 (Estoques), pelo valor, em reais, de:

- (A) 219.000,00 em 05/02/2018.
- (B) 200.000,00 em 05/02/2018.
- (C) 216.000,00 em 28/02/2018.
- (D) 218.000,00 em 28/02/2018.
- (E) 215.000,00 em 28/02/2018.



Atenção: Para responder às questões de números 33 e 34, considere as transações abaixo ocorridas em dezembro de 2017 em uma entidade pública:

- Lançamento e arrecadação de receita tributária no valor de R\$ 4.000.000,00.
- Pagamento dos salários dos servidores, referentes a novembro de 2017, no valor de R\$ 9.700.000,00.
- Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a dezembro de 2017, no valor de R\$ 10.100.000,00. O pagamento da despesa foi realizado em janeiro de 2018.
- Reconhecimento da depreciação mensal, no valor de R\$ 700.000,00, do ativo imobilizado.
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 450.000,00, referente ao ativo intangível com vida útil indefinida.
- Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2016, referentes a despesas correntes com serviços de consultoria, no valor de R\$ 630.000,00.
- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 130.000,00.

33. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 2017, o valor do passivo circulante da entidade pública foi

- (A) reduzido em R\$ 360.000,00.
- (B) aumentado em R\$ 270.000,00.
- (C) reduzido em R\$ 230.000,00.
- (D) aumentado em R\$ 400.000,00.
- (E) reduzido em R\$ 10.460.000,00.

34. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 2017, o resultado patrimonial da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2017 teve uma redução, em reais, de:

- (A) 6.850.000,00.
- (B) 7.250.000,00.
- (C) 7.380.000,00.
- (D) 6.800.000,00.
- (E) 11.250.000,00.

35. Em 31/01/2018, uma entidade pública pagou a um fornecedor de material de consumo o valor de R\$ 60.000,00, referente a mercadorias que foram entregues em 10/01/2018 e utilizadas nas atividades da entidade em março de 2018. Quanto à natureza da informação patrimonial, o registro contábil do pagamento ao fornecedor, em 31/01/2018, foi realizado com a utilização de contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público das classes

- (A) 6 e 8.
- (B) 5 e 6.
- (C) 2 e 4.
- (D) 1 e 2.
- (E) 2 e 3.

36. De acordo com a Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), o valor da

- (A) devolução de um depósito caução é evidenciado como despesa orçamentária no Balanço Financeiro.
- (B) despesa liquidada com pessoal e encargos sociais é evidenciado como desembolso dos fluxos de caixa das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (C) depreciação acumulada do ativo imobilizado é evidenciado como um passivo no Balanço Patrimonial.
- (D) perda por redução ao valor recuperável é evidenciado como uma despesa de capital liquidada no Balanço Orçamentário.
- (E) obtenção de uma operação de crédito por antecipação da receita orçamentária é evidenciado como recebimentos extraordinários no Balanço Financeiro.

**Orçamento Público**

Atenção: Para responder às questões de números 37 a 39, considere as informações abaixo, extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e referentes a transações ocorridas em janeiro de 2018:

- Arrecadação de receitas de aluguéis e arrendamentos no valor de R\$ 65.000,00. Tais receitas são referentes a dezembro de 2017.
 - Lançamento e arrecadação de taxas no valor de R\$ 6.500,00.
 - Empenho, liquidação e pagamento de despesa referente à aquisição de um veículo usado no valor de R\$ 35.000,00.
 - Reconhecimento da depreciação mensal dos veículos no valor de R\$ 95.000,00.
 - Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 19.000,00 em 31/01/2018.
 - Liquidação e reconhecimento do direito relativo a um suprimento de fundos para custear despesas com passagens e locomoção no valor de R\$ 850,00.
 - Devolução de caução recebida no valor de R\$ 10.000,00.
 - Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 250.000,00. O material foi entregue pelo fornecedor em 09/01/2018 e a despesa foi paga, pelo valor total do empenho, em fevereiro de 2018.
 - Empenho de despesa com a aquisição de um equipamento novo no valor de R\$ 70.000,00. O equipamento foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso em 31/01/2018, data em que houve a liquidação da despesa. A despesa empenhada foi paga, pelo valor total do empenho, em fevereiro de 2018.
37. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em janeiro de 2018, o total da despesa orçamentária realizada referente ao exercício financeiro de 2018, classificada na categoria econômica Despesas de Capital, foi, em reais,
- (A) 105.000,00.
 - (B) 70.000,00.
 - (C) 364.000,00.
 - (D) 355.000,00.
 - (E) 35.000,00.
-
38. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o total da despesa extraorçamentária referente a janeiro de 2018 foi, em reais,
- (A) 850,00.
 - (B) 10.000,00.
 - (C) 124.850,00.
 - (D) 124.000,00.
 - (E) 10.850,00.
-
39. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as receitas arrecadadas com aluguéis e arrendamentos, no valor de R\$ 65.000,00, e taxas, no valor de R\$ 6.500,00, classificam-se quanto à origem da receita, respectivamente, como
- (A) Receita Patrimonial e Contribuições Sociais.
 - (B) Receita Patrimonial e Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
 - (C) Receita de Capital e Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
 - (D) Receita de Capital e Contribuições Sociais.
 - (E) Exploração do Patrimônio Imobiliário e Taxas.
-
40. Em 07/08/2017, determinada entidade pública realizou a inscrição de R\$ 780.000,00 como dívida ativa tributária, sendo que em 12/01/2018 a entidade recebeu, em espécie, parte do valor principal inscrito. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pela ótica orçamentária, a receita foi reconhecida em
- (A) 07/08/2017 na espécie da receita Impostos.
 - (B) 07/08/2017 na espécie da receita Amortização da Dívida.
 - (C) 07/08/2017 na espécie da receita Demais Receitas Correntes.
 - (D) 12/01/2018 na espécie da receita Impostos.
 - (E) 12/01/2018 na espécie da receita Amortização da Dívida.



41. As seguintes informações sobre as receitas orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um ente estadual:

(Valores em reais)

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas
Receita Tributária	9.300.000,00	9.300.000,00	9.300.000,00
Amortização de Empréstimos	200.000,00	200.000,00	180.000,00
Operações de Crédito	600.000,00	600.000,00	550.000,00
Outras Transferências Correntes	90.000,00	90.000,00	90.000,00
Receita de Contribuições	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Receita Industrial	150.000,00	140.000,00	130.000,00
Receita Patrimonial	750.000,00	750.000,00	740.000,00
Transferências de Capital	210.000,00	210.000,00	200.000,00
Transferências Correntes	500.000,00	470.000,00	465.000,00

Informações adicionais referentes ao exercício financeiro de 2017:

- Parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional: R\$ 1.500.000,00.
- Contribuição dos servidores estaduais para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social: R\$ 500.000,00.
- Não houve receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do artigo 201 da Constituição Federal de 1988.
- Não houve valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996 e do fundo previsto pelo artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Com base nesses dados tomados em conjunto e de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, a Receita Corrente Líquida do ente estadual referente ao exercício financeiro de 2017 foi, em reais,

- (A) 9.750.000,00.
- (B) 10.225.000,00.
- (C) 9.725.000,00.
- (D) 11.225.000,00.
- (E) 11.725.000,00.

42. Em fevereiro de 2018, após a liberação financeira realizada pelo Órgão Setorial de Programação Financeira, determinada unidade gestora realizou a liberação financeira para outra unidade gestora pertencente ao mesmo órgão. Assim, a disponibilização de recursos financeiros entre as unidades gestoras corresponde ao mecanismo denominado de

- (A) cota.
- (B) repasse.
- (C) destaque.
- (D) solicitação.
- (E) sub-repasse.

Auditoria

43. Um auditor fez constar em relatório as não conformidades encontradas durante uma auditoria, bem como a recomendação de soluções para a devida correção. Essa ação tem por finalidade, consoante a NBC TI 01,

- (A) registrar eventos para o fim de eximir o auditor de responsabilidade por omissão.
- (B) formalizar as não conformidades para o fim de recuperação de valores desviados.
- (C) aperfeiçoar os processos, a gestão e os controles internos.
- (D) responsabilizar o autor das não conformidades.
- (E) ratificar a amostragem selecionada.

44. Conforme dispõe a NBC TI 01, a atividade da auditoria interna está estruturada em

- I. procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado.
- II. exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados.
- III. exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos da organização.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.



45. No que se refere às normas de auditoria interna,
- (A) uma das aplicações do termo fraude é para ato intencional ou não intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
 - (B) a informação sobre uma fraude deve ser feita por escrito ou, excepcionalmente, para a segurança do auditor, verbalmente e de forma reservada.
 - (C) os riscos de auditoria estão relacionados à gravidade das falhas encontradas e à forma de reação dos auditados.
 - (D) o planejamento deve considerar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade.
 - (E) a obtenção de subsídios para a conclusão da auditoria é feita por meio de informações, sendo adequada aquela que é factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno.
-
46. O trabalho do auditor pressupõe a seleção de itens que devem ser testados e que possam proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada. A técnica para essa seleção é denominada pela NBC TI 01 como
- (A) testes de observância.
 - (B) testes substantivos.
 - (C) planejamento.
 - (D) processamento eletrônico de dados.
 - (E) amostragem.

Matemática Financeira

47. Para adquirir um lote de mercadorias, uma empresa obteve um empréstimo para ser pago em 5 parcelas mensais e iguais, cujo valor é R\$ 20.000,00. A primeira parcela venceu 30 dias após a data de obtenção do empréstimo e as parcelas subsequentes a cada 30 dias. Na data de vencimento da terceira parcela, e antes do seu pagamento, a empresa optou pelo pagamento das 3 parcelas que faltavam ser pagas para a liquidação do empréstimo. Se a taxa de juros compostos negociada na data da obtenção do empréstimo foi 2% a.m., o valor que a empresa desembolsou para fazer a liquidação foi, em reais,
- (A) 58.838,61.
 - (B) 60.000,00.
 - (C) 58.800,00.
 - (D) 58.831,22.
 - (E) 56.539,34.
-
48. Uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 para ser liquidado em um único pagamento no final de 4 meses. A taxa de juros simples contratada foi 3% ao mês e a instituição financeira cobra, adicionalmente, na data do pagamento do empréstimo, uma tarifa cujo valor corresponde a 1% do valor que deve ser pago para liquidação do empréstimo. A taxa de custo efetivo incidente no empréstimo foi, em %, no período do prazo do empréstimo,
- (A) 12,55.
 - (B) 13,00.
 - (C) 13,12.
 - (D) 12,00.
 - (E) 13,68.
-
49. Uma empresa efetuou o desconto de várias duplicatas, cujo valor nominal era R\$ 180.000,00, que venciam após 2 meses da data da operação. A taxa de desconto comercial negociada com o banco foi 4% ao mês e a instituição financeira cobrou, na data do desconto, uma tarifa de cobrança no valor de R\$ 1.000,00. A taxa de custo efetivo da operação, no período do prazo da operação, foi, em %,
- (A) 8,56.
 - (B) 9,36.
 - (C) 9,30.
 - (D) 8,72.
 - (E) 8,00.
-
50. Uma empresa obteve um empréstimo para ser integralmente liquidado em uma única parcela no final do prazo de 2 meses. Se a taxa de juros compostos prefixada negociada foi 4% ao mês e a inflação no prazo do empréstimo foi 1,5%, a taxa real de juros paga pela empresa no período foi, em %,
- (A) 9,50.
 - (B) 6,50.
 - (C) 6,66.
 - (D) 9,66.
 - (E) 6,56.